



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE MIRADOR – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 160/2012

Mirador, Terça-feira, 18 de setembro 2018

Ano VI

Edição nº 1095

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR

Lei Municipal nº 160/2012, de 06 de junho de 2012.

**REINALDO PINHEIRO DA SILVA**

Prefeito Municipal

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Setor Responsável pela edição, publicação e assinatura digital.

#### SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DESIGNADO PARA EDITAR, PUBLICAR E ASSINAR DIGITAL.

**Graciél José Neto**

**Portaria nº 025/2015**

**E-mail:** [diariooficial@mirador.pr.gov.br](mailto:diariooficial@mirador.pr.gov.br)

Av. Guaíra, 153 – Centro

Fone: (44) 3434-8000

CEP: 87840-000

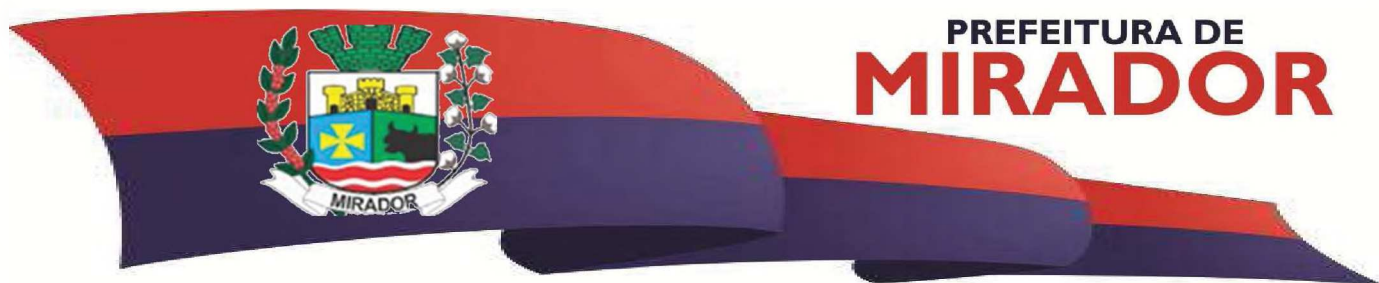
Mirador – PR.

E-MAIL: [mirador@mirador.pr.gov.br](mailto:mirador@mirador.pr.gov.br)

SITE: [www.mirador.pr.gov.br](http://www.mirador.pr.gov.br)

### DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Mirador dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: [www.mirador.pr.gov.br](http://www.mirador.pr.gov.br)



## EXTRATO CONTRATUAL

---

**Ref: Contrato n.º 0109/2018 – ID 1303/2018**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR  
CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

**CONTRATADA:** AILZA MARQUES SAES 70836396987  
**CNPJ/MF:** 30.137.441/0001-09

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESTINADO A ORGANIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS E AQUISIÇÃO DE PICOLÉS PARA FESTIVIDADES DO DIA DAS CRIANÇAS, NO MUNICÍPIO DE MIRADOR E NO DISTRITO DE QUATRO MARCOS.

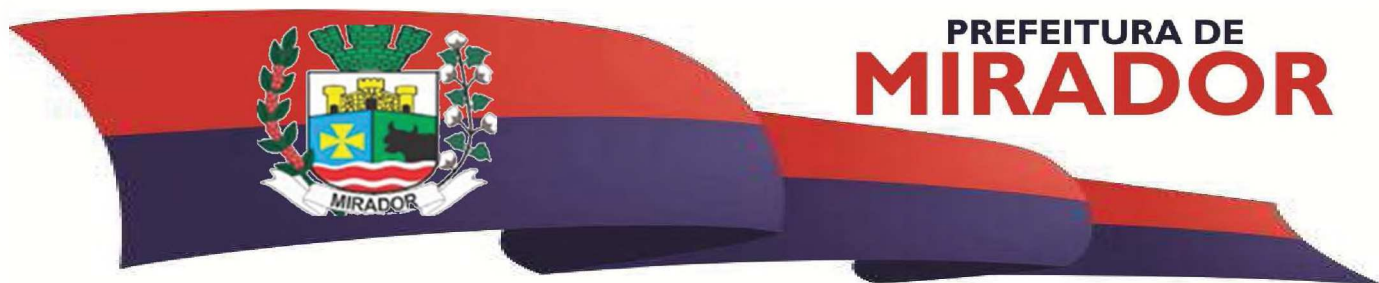
**VALOR CONTRATUAL:** R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO PRESENCIAL N.º 056/2018, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 18/09/2018.

**Reinaldo Pinheiro da Silva**  
Prefeito Municipal



## EXTRATO CONTRATUAL

**Ref: Contrato n.º 0110/2018 – ID 1304/2018**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR  
CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

**CONTRATADA:** CREMONE INDÚSTRIA E COMERCIO DE SORVETES LTDA - ME  
**CNPJ/MF:** 75.610.204/0001-43

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESTINADO A ORGANIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS E AQUISIÇÃO DE PICOLÉS PARA FESTIVIDADES DO DIA DAS CRIANÇAS, NO MUNICÍPIO DE MIRADOR E NO DISTRITO DE QUATRO MARCOS.

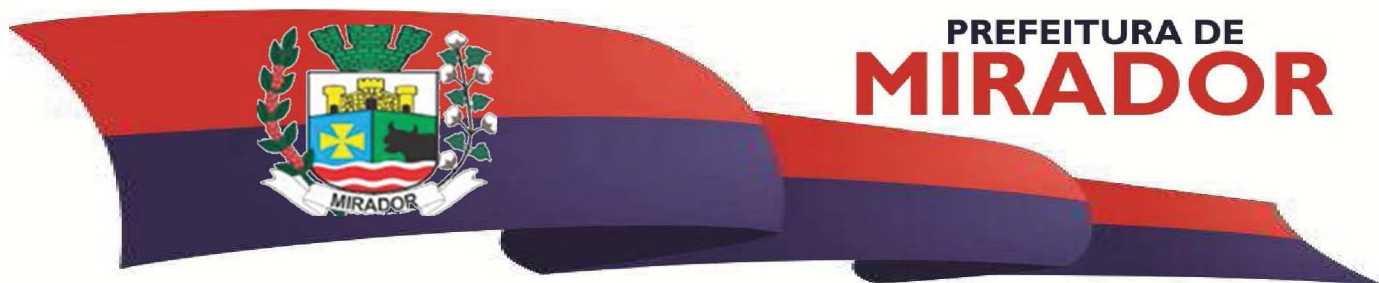
**VALOR CONTRATUAL:** R\$ 2.480,00 (dois mil quatrocentos e oitenta reais).

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO PRESENCIAL N.º 056/2018, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 18/09/2018.

**Reinaldo Pinheiro da Silva**  
Prefeito Municipal



## **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**Reinaldo Pinheiro da Silva**, Prefeito do Município de Mirador, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial, as contidas na L.O.M. e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93 (consolidada) c/c Lei Federal n.º 10.520/2002, face ao constante nos autos de Processo – Pregão Presencial n.º 056/2018.

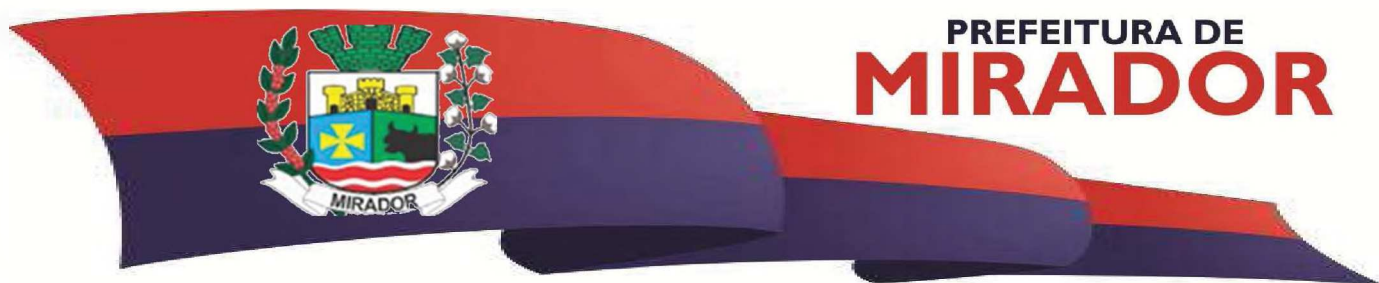
1. **HOMOLOGO**, o procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Presencial, instaurado e registrado sob o nº 056/2018, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 c/c Lei Federal n.º 10.520/2002, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESTINADO A ORGANIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS E AQUISIÇÃO DE PICOLÉS PARA FESTIVIDADES DO DIA DAS CRIANÇAS, NO MUNICÍPIO DE MIRADOR E NO DISTRITO DE QUATRO MARCOS**, conforme ações e metas administrativas definidas para o presente exercício financeiro.

2. Fica **ADJUDICADO**, o objeto do processo administrativo – **Pregão Presencial nº 056/2018**, às Empresas: **AILZA MARQUES SAES 70836396987**, inscrita no CNPJ/MF: 30.137.441/0001-09, Localizada na Rua Aristides Alves Dias Filho, Nº 270, Jardim Itália II, na Cidade de Mandaguaçu – PR, vencedora dos lotes 1 e 2, perfazendo o valor global de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) e **CREMONE INDÚSTRIA E COMERCIO DE SORVETES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF: 75.610.204/0001-43, Localizada na Avenida Distrito Federal, Nº 610, Centro, na Cidade de Paranavaí – PR, vencedora dos lotes 1 e 2, perfazendo o valor global de R\$ 2.480,00 (dois mil quatrocentos e oitenta reais).

3. Fica determinado à Diretoria de Licitações desta municipalidade, a afixação deste ato no local de costume, bem como sua remessa ao D.O.M. para fins de publicidade legal.

Mirador/PR, 18 de Setembro de 2018.

**Reinaldo Pinheiro da Silva**  
Prefeito Municipal

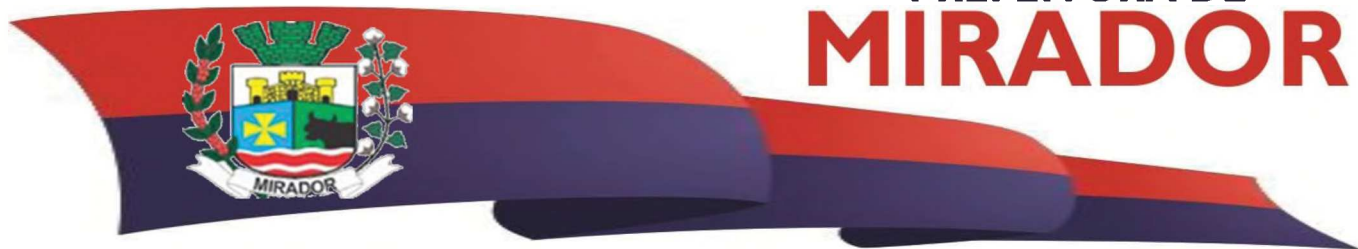


**TERMO DE RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 035/2018**

Ratifico por este termo, a INEXIGIBILIDADE de Licitação em favor da Empresa: **UNIAO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANA**, com cadastro **CNPJ/MF**: 81.398.588/0001-85, estabelecida na Avenida Republica Argentina , Nº 452 –Agua Verde, na Cidade de Curitiba, estado do Paraná, no valor total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), objetivando o Seminário sobre “**BNCC, Avaliação e Convênios**”, a ser realizado nos dias 27 e 28 de setembro de 2018, em Curitiba - Paraná, de acordo com os pareceres técnicos e jurídico, bem como pelos elementos que instruem o Processo Administrativo nº 0121/2018.

Mirador/PR, 18 de Setembro de 2018.

**Reinaldo Pinheiro da Silva**  
Prefeito Municipal



## **LEI Nº. 0437/2018, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018**

**SÚMULA:** Institui o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal do Município de Mirador, Estado do Paraná e dá outras providências.

**A Câmara Municipal de Mirador, Estado do Paraná, aprovou e eu REINALDO PINHEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:**

### **LEI**

**Art. 1º** - Fica instituído o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município de Mirador – Estado do Paraná.

**Art. 2º** - Os créditos tributários do Município vencidos (inscritos em dívida ativa), ajuizados ou não, poderão ser pagos em até 03 (três) parcelas mensais e sucessivas, nos termos previstos nesta Lei.

**§ 1º** - O pagamento dos débitos tributários com dispensa de 100% (cem por cento) de multas e de juros de mora em única parcela, poderá ser formalizado até o dia 10 de outubro de 2018, mediante a formalização do Termo do REFIS, devendo o pagamento do boleto ocorrer até o dia 11 de outubro de 2018.

**§ 2º** - O pagamento parcelado do débito, com redução de 70% (setenta por cento) de multas e juros de mora, poderá ser formalizado até o dia 10 de outubro de 2018, nas seguintes condições:

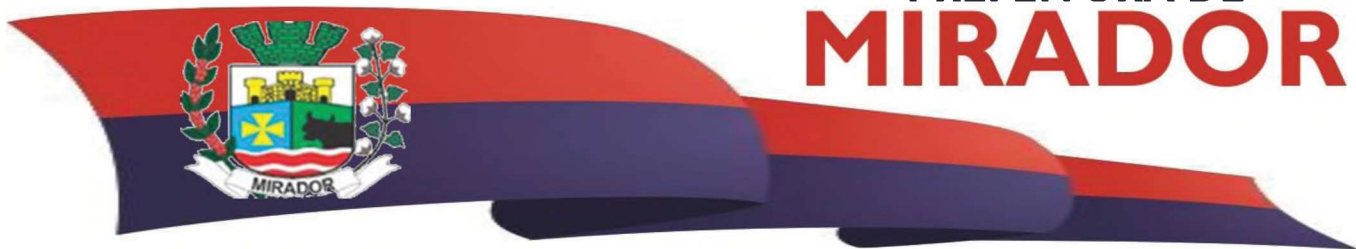
**I** - de 02 (dois) a 03 (três) parcelas mensais, com desconto de 70% (setenta por cento) sobre o valor de multas e juros de mora;

**§ 3º** - Por ocasião da adesão do contribuinte na modalidade de parcelamento previsto no § 2º, será obrigatória a realização do pagamento da primeira parcela no ato da assinatura do termo de parcelamento e as demais parcelas, o vencimento será todo dia 12 dos meses subsequentes ao termo de adesão.

**Art. 3º** - Os benefícios desta Lei serão processados e deferidos junto à Secretaria Municipal de Fazenda, mediante requerimento do interessado.

**Parágrafo único** - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$: 100,00 (cem reais).





**Art. 4º** - O pedido de parcelamento implica a confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário.

**Art. 5º** - Implicará a rescisão do parcelamento:

I - a inadimplência, por um mês, consecutivo ou não, de pagamento integral das parcelas, bem como do tributo devido relativamente aos fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;

II - o descumprimento das condições previstas no termo de parcelamento.

**Parágrafo único** - As hipóteses de rescisão deverão ser devidamente informadas, por escrito, ao contribuinte quando da formalização do parcelamento.

**Art. 6º** - A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário anteriormente devido, extinguindo os benefícios desta lei proporcionalmente às parcelas já quitadas.

**Art. 7º** - Os débitos tributários lançados mediante levantamento fiscal pela autoridade tributária, até a data da vigência do REFIS, poderão ser enquadrados nos benefícios desta Lei.

**Art. 8º** - Após o término do REFIS, o Poder Executivo encaminhará os débitos remanescentes para a cobrança mediante execução fiscal, protesto, e ainda, para inscrição dos devedores nos órgãos de restrição de crédito.

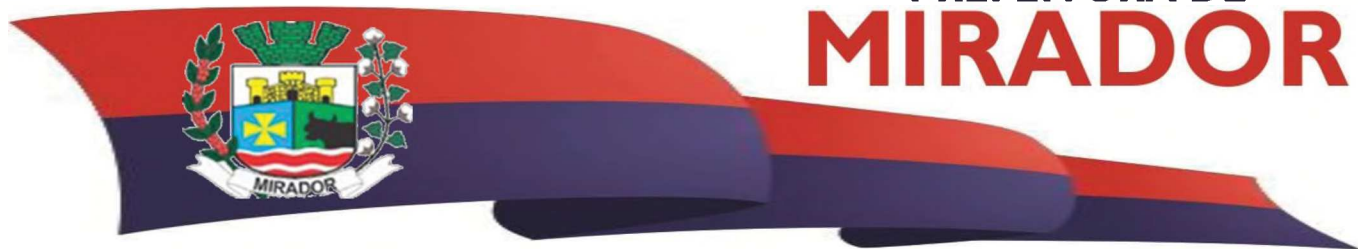
**Art. 9º** - Aos parcelamentos efetuados nos termos desta Lei incidirá encargo mensal de 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento), na formula de cálculo simples a título de manutenção do valor real do débito tributário.

**Parágrafo único** - Nos casos de atraso de pagamento das parcelas, incidirá unicamente juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês.

**Art. 10** - Os débitos tributários que estiverem sendo objeto de execução fiscal, e forem submetidos aos benefícios tributários desta Lei, observarão as seguintes regras:

I - havendo pagamento em cota única, será dispensado integralmente os honorários advocatícios arbitrados pelo Juiz no processo de execução fiscal;

II - havendo pagamento parcelado dos débitos, a Procuradoria Jurídica do Município providenciará a suspensão do processo até a conclusão do parcelamento e, sendo cumprido integralmente o acordo, os honorários advocatícios não serão dispensados.



**II** - em qualquer modalidade de adesão ao REFIS não serão dispensadas as custas e despesas processuais dos processos ajuizados na Justiça Estadual junto a Comarca de Paraíso do Norte.

**Art. 11** - Na forma do art. 14 da Lei Complementar nº. 101/2000, o anexo I da presente Lei demonstra a estimativa de impacto financeiro-orçamentário no presente exercício.

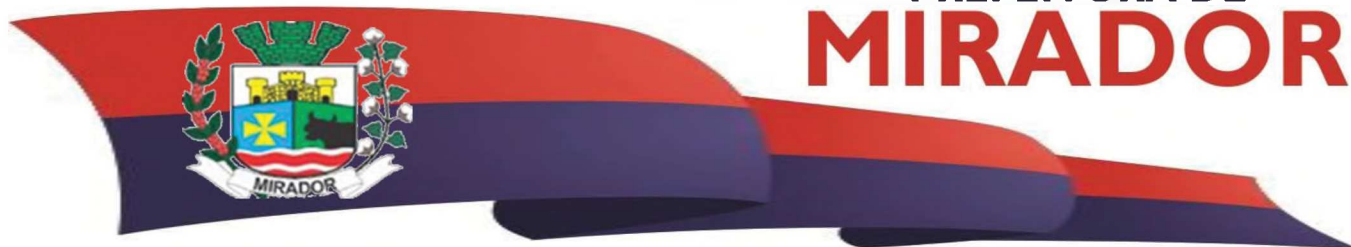
**Art. 12** – Fica incluído no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da Lei Municipal nº. 415/2017, de 05 de dezembro de 2017 os valores do Anexo I da presente Lei.

**Art. 13** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 18 de setembro de 2018.

**REINALDO PINHEIRO DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





## ANEXO I

### DEMONSTRATIVO DE IMPACTO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITAS

#### 1. DEMONSTRATIVO DOS VALORES DE CRÉDITOS A RECEBER

<b>DÉBITOS TRIBUTÁRIOS</b>	
<b>DÍVIDA ATIVA DE IPTU</b>	R\$ 143.908,34
<b>DÍVIDA ATIVA DE TAXAS DIVERSAS</b>	R\$ 3.507,26
<b>TOTAL :</b>	R\$ 147.415,60

\*Posição em 07/08/2018.

#### 2. CÁLCULO DO VALOR DA RENÚNCIA DE RECEITAS

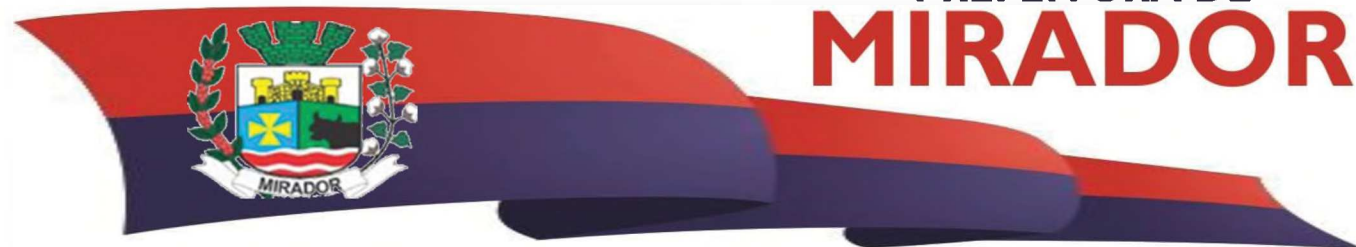
\*Tabela separada por Categoria de Receitas, conforme Sistema de Receitas do Município.

<b>DÉBITOS TRIBUTÁRIOS</b>	
<b>PRINCIPAL</b>	R\$ 106.993,24
<b>JUROS DE MORA E MULTA</b>	R\$ 40.422,36
<b>TOTAL :</b>	R\$ 147.415,60
<b>50% de ADESÃO</b>	R\$ 73.707,80

\*Cálculo efetuado, considerando adesão ao Programa de 50% dos devedores, conforme expectativa de meta a ser alcançada.

<b>DÉBITOS TRIBUTÁRIOS</b>	
<b>PRINCIPAL (106.993,24 x 50%)</b>	R\$ 56.496,62
<b>JUROS DE MORA E MULTA (40.422,36 x 50%)</b>	R\$ 20.211,18
<b>TOTAL :</b>	R\$ 73.707,80

#### 2.1 – Considerando pagamento INTEGRAL EM PARCELA ÚNICA – dispensa de 100% de Juros de Mora e Multas – (30% aderiram a esta opção)



### **DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**

(+) <i>Principal</i> (106.993,24 x 30%)	R\$	32.097,97
(+) <i>Juros de Mora e Multa</i> (40.422,36 x 30%)	R\$	12.126,71
(=) <i>Total do Débito</i>	R\$	44.224,68
(-) <i>Desconto REFIS (J.M.)</i> (40.422,36 x 30% x 100%)	R\$	12.126,71
(=) <i>Expectativa de Recebimento</i>	R\$	32.097,97
> <i>Renúncia de Receita</i> (40.422,36 x 30% x 100%)	R\$	12.126,71

2.2 – Considerando pagamento **PARCELADO – DE 02 A 03 PARCELAS** – desconto de 70% sobre o valor de Juros de Mora e Multas – (20% aderiram a esta opção)

### **DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**

(+) <i>Principal</i> (106.993,24 x 20%)	R\$	21.398,65
(+) <i>Juros de Mora e Multa</i> (40.422,36 x 20%)	R\$	8.084,47
(=) <i>Total do Débito</i>	R\$	29.483,12
(-) <i>Desconto REFIS (J.M.)</i> (40.422,36 x 20% x 70%)	R\$	5.659,13
(=) <i>Expectativa de Recebimento</i>	R\$	23.823,99
> <i>Renúncia de Receita</i> (40.422,36 x 20% x 70%)	R\$	5.659,13

### **3. VALORES DA RENÚNCIA DE RECEITA E PROVÁVEL RECEBIMENTO**

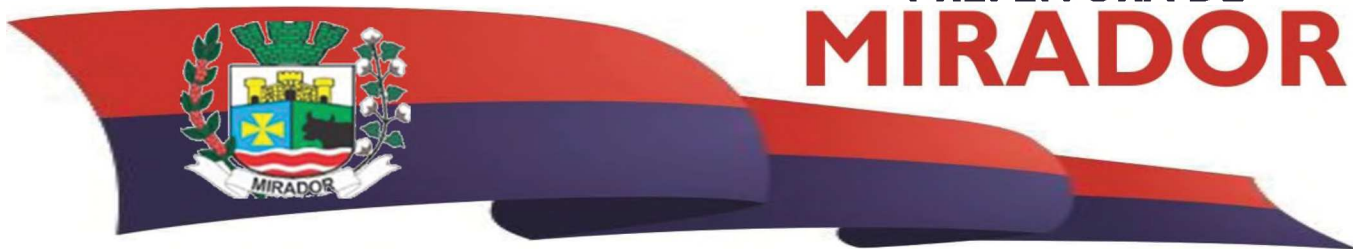
\*Cálculo efetuado, considerando adesão ao Programa de 50% dos devedores

### **DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**

(+) <i>Principal</i>	R\$	53.496,62
(+) <i>Juros de Mora e Multa</i>	R\$	20.211,18
(=) <i>Total do Débito</i>	R\$	73.707,80
(-) <i>Desconto REFIS (J.M.)</i>	R\$	17.785,84
(=) <i>Expectativa de Recebimento</i>	R\$	55.921,96
> <i>Renúncia de Receita</i>	R\$	17.785,84

### **4. MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA**

Em razão do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, a renúncia de receita ora pleiteada não afetará as metas de resultados estipulados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Ressaltando a adoção de várias medidas como forma de compensação dos valores renunciados, a saber: Incremento da arrecadação; lançamento de IPTU em novos terrenos; conscientizar o comércio para emissão de notas fiscais (nota paranaense); atualizações cadastrais de imóveis que sofreram melhorias e aumento para fins de aumento nos valores lançados de IPTU; reavaliação da planta genérica.

Gabinete do Prefeito, 18 de setembro de 2018.

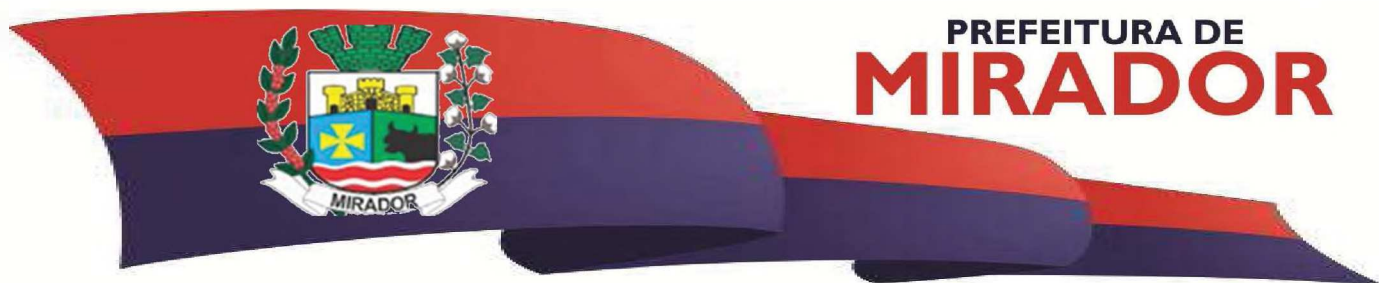
**KLEVERSON M. A. DE SOUZA**  
CRCPR - 049445/0-5

**REINALDO PINHEIRO DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**MIRIAN ESTRADA**  
Secretaria M. de Fazenda

**ANTONIO FELIX DOS SANTOS**  
Secretario M. de Desenv. Econômico

**CARLA RAMOS CANAVER**  
Controladora Interna



PREFEITURA DE  
**MIRADOR**



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificadas credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.